CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

A IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE MÍDIAS SP E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROFISSIONALIDADE DA PROFESSORA ALFABETIZADORA

Vania Lizie da Silva Lima[1]
Milka Helena Carrilho Slavez[2]

Eixo temático: Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas.

Resumo: Vivemos uma crise sanitária mundial em razão da pandemia provocada pela COVID-19. As altas taxas de contaminação e de óbitos advindos do Coronavírus impactaram todas as esferas, inclusive a educacional. No estado de São Paulo, em virtude da suspensão das aulas presenciais, foi criada e implementada a plataforma "Centro de Mídias SP" (CMSP) com vistas a veicular aulas aos estudantes da rede estadual de educação, embasados nas habilidades denominadas pela Secretaria Estadual de Educação como "essenciais". Nesse contexto, propomos refletir sobre essa implementação e suas implicações para a profissionalidade da professora alfabetizadora. Para tanto, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, com recurso da revisão bibliográfica e da análise documental. Apoiamo-nos em estudos de Imbérnon (2005), Tardif e Lessard (2014), Pimenta (1997), entre outros. Os resultados permitem-nos perceber que há uma grave tentativa de controle dessa profissionalidade, assim como demontram mais uma tentativa do governo estadual rumo à mercadologização da educação pública, sob a ótica do ideário neoliberal.

Palavras-chaves: Pandemia; Centro de Mídias SP; Profissionalidade da professora alfabetizadora.

Introdução

A pandemia provocada pelo coranavírus no final de 2019 atingiu o Brasil e, por conseguinte, a esfera educacional. No estado de São Paulo, após a confirmação de casos de COVID-19 no país, houve a suspensão das aulas presenciais a partir de meados de março de 2020. A partir do final de abril, os professores retomaram as aulas "remotamente", com o

[1]Mestranda em Educação pela UEMS/ Paranaíba. Bolsista PIBAP/UEMS. Professora da Educação Básica do Estado de São Paulo. Contato: vania.lizie@hotmail.com
[2]Doutora em Educação. Professora Titular da UEMS/ Paranaíba. Contato: slavez@terra.com.br

uso do celular ou do computador, por meio de grupos organizados no aplicativo whatsapp ou por outros meios tecnológicos com gravação de videoaulas e transmissões ao vivo em múltiplas plataformas digitais como google meet, zoom e afins. Uma situação para a qual muitos educadores não estavam (e não estão) preparados tanto em relação ao domínio dos recursos tecnológicos quanto aos recursos financeiros demandados por essa nova forma de trabalho.

Além disso, foi criado o Centro de Mídias da Educação de São Paulo – CMSP – que, segundo o site da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC- SP) é uma iniciativa "[...] para contribuir com a formação dos profissionais da Rede e ampliar a oferta aos alunos de uma educação mediada por tecnologia, de forma inovadora, com qualidade e alinhada às demandas do século XXI." (SÃO PAULO, 2020a).

Nesse contexto, situamos as professoras alfabetizadoras que, com as peculiaridades de sua profissionalidade docente conjugadas às singularidades do público com o qual atua, crianças de 5 a 8 anos de idade principalmente, presenciam nesse período pandêmico: exacerbada busca de controle de sua atividade docente por meio do CMSP; ataques a sua autonomia didática; tentativas de reprodução do modelo mercadológico na escola; entre outras coisas.

Para melhor discutir o assunto, propomos uma pesquisa de caráter qualitativo, com o recurso da da análise documental e da revisão bibliográfica com vistas a fomentar e a ampliar as discussões sobre a alfabetização no contexto da pandemia e do ensino remoto e/ou híbrido; e promover reflexões sobre a possível tentativa de (en)formação da docência em meio às políticas públicas desenvolvidas com base na crise sanitária em que vivemos. Dessa forma, debruçamo-nos sobre estudos de IMBERNÓN (2005), TARDIF e LESSARD (2014), PIMENTA (1997), entre outros.

2 Implementação do Centro de Mídias SP na rede estadual de ensino de São Paulo e suas implicações para a profissionalidade da docente alfabetizadora[3]

A crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 atingiu o mundo de forma a promover uma reordenação nas mais variadas esferas, dentre elas a educativa. Nesse contexto, em razão da impossibilidade de aulas presenciais e com o intuito de evitar a propagação do vírus, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo – SEDUC-SP – instituiu o Centro de Mídias SP que:

> [...] é uma plataforma composta por dois canais digitais abertos e por um

[3] A ordem dos tópicos nos trabalhos não requer rigidez exigida na tradição da metodologia científica, cuja sequência geral é "teoria, metodologia, resultados e discussão". No entanto, precisam ser demonstrados.

> aplicativo que permite acesso a diversos conteúdos para professores e estudantes da rede estadual de ensino, com dados patrocinados pelo Governo do Estado de São Paulo. O Centro de Mídias SP tem como objetivo contribuir com a formação dos profissionais da rede e ampliar a oferta aos alunos de uma educação mediada por tecnologia, de forma inovadora, com qualidade e possibilitando ampliar os horizontes do ensino tradicional. (SÃO PAULO, 2020a).

De acordo com a SEDUC-SP, os conteúdos do Centro de Mídias SP são elaborados por especialistas selecionados pela pasta e oferecidos por meio de tecnologias digitais, com trasmissão ao vivo para o aplicativo e para as redes sociais da secretaria, além de poder ser acessado por meio de canais de tv: TV Educação (para os Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) e TV Univesp (para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental). Tais conteúdos ficam disponíveis para posterior acesso no YouTube e no "repositório" (espaço específico da plataforma para acessar os conteúdos gravados de todas as disciplinas em todas as séries/anos).

São três aulas diárias de 25 minutos cada, com cinco minutos de intervalo entre elas. Para as aulas, foi elaborado o material "Aprender Sempre" (de Língua Portuguesa e de Matemática), com base nas chamadas "habilidades essenciais". Tais materiais são entregues bimestralmente às escolas para distribuição aos estudantes do 1º ano do EF ao 3º ano do EM.

O documento orientador das aulas não presenciais da SEDUC – SP salienta que o CMSP traz uma modalidade de ensino "[...] que é diferente de Ensino a Distância que pressupõe necessariamente de uso de ambientes virtuais de aprendizagem, ambientação de conteúdos previamente, e o ensino é assíncrono, isto é, cada aluno pode entrar em momentos diferentes." (SÃO PAULO, 2020a). Ademais, a orientação do documento era de que as atividades escolares obrigatórias não presenciais deveriam ser computadas e registradas para "[...] continuidade do processo de ensino e de aprendizagem e para cumprimento legal das 800 horas de efetivo trabalho escolar. [...]".

É possível conhecer os chamados "parceiros" (privados) da secretaria nessa empreitada por meio do site destinado ao Centro de Mídias. São eles: Associação Parceiros da Educação, Fundação Roberto Marinho, SEBRAE, Mangahigh, Japan Foundation São Paulo, Burburinho Cultural, CIMA (Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente), Khan Academy, Livelab Inovação Social. Os acordos com essas instituições tiveram como objetivos anunciados desde a obtenção de licença para transmissão em rede aberta de televisão ao acesso (de estudantes e professores) a aplicativos de jogos e/ou plataformas digitais.

No ano de 2021, o ano letivo da rede estadual de educação teve início com ensino presencial opcional por parte dos estudantes. Um novo documento foi elaborado e difundido

pela SEDUC-SP: o Guia Ensino Híbrido. Seu texto, diferentemente do documento norteador de 2020, apresenta a expressão “modalidade/ensino remoto” além, de apresentar a expressão “ensino híbrido”: uma modalidade de ensino que, de acordo com o documento, pressupõe revezamento: alguns estudantes participam de aulas presenciais, enquanto outros realizam atividades remotamente. A figura abaixo elucida o assunto:

Figura 1: Modalidade de ensino híbrido
Fonte: centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br

Para a organização dessa “modalidade de ensino”, a pasta elaborou um roteiro com o passo a passo a ser seguido pelas escolas e seus respectivos educadores, como consta na imagem a seguir:

Figura 2: Passo a passo
Fonte: centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br

Sob esse viés, vem sendo implementada também na rede estadual de ensino o "[...] **Programa de Recuperação e Aprofundamento**, que contempla habilidades essenciais para o desenvolvime: currículo, material didático, formação, avaliação, tecnologia e acompanhamento pedagógico." (SÃO PAULO, 2020b, grifos do autor). Essas frentes são reunidas e organizadas na Plataforma de Atividades e Avaliação Formativa sob a responsabilidade do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). As avaliações e atividades propostas pela plataforma estão embasadas no que a secretaria determinou como "habilidades essenciais" e, de acordo com a secretaria, seus resultados podem subsidiar novas ações, assim como permitem a estruturação e implementação de novos materiais para o campo pedagógico e mesmo para a formação dos educadores.

No programa, há a disponibilização de uma Sequência Digital de Atividades de Língua Portuguesa e de matemática a cada 15 dias para os estudantes do 4º ano do EF ao 3º ano do Ensino Médio. Elas podem ser realizadas de forma presencial ou a distância, por meio de página específica na internet ou por meio do aplicativo disponibilizado para tal fim. Os resultados são gerados instantaneamente e podem ser acompanhados tanto pelo estudante quanto pelos professores (SÃO PAULO, 2020b).

Profissionalidade docente

A natureza do trabalho docente, para Pimenta (1997) não é (ou não deveria ser) uma atividade burocrática e mecânica. Ensinar, para a autora, pressupõe contribuição para o processo de humanização dos estudantes.

> Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias, constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história d evida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida: o ser professor. (PIMENTA, 1997, p. 07).

Sobre a finalidade do trabalho docente, a referida autora alerta-nos para o fato de que conhecer não se reduz a se informar, que não basta expor-se aos meios de informação para adquirir conhecimento, mas sim operar com as informações para, então, chegar a ele. Desse modo, então, entende-se que os professores devem proceder à mediação entre as informações e os alunos, com o intuito de possibilitar-lhes, pela atividade reflexiva, a construção da sabedoria necessária à constante formação humana. (PIMENTA,1997, p. 08).

A docência, para Tardif e Lessard (2014, p. 8), deve "[...] ser compreendida como uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu "objeto" de trabalho, que é justamente outro ser humano, no modo fundamental da interação humana." Esse trabalho possui, segundo os autores, modalidades interativas entre seus atores que são peculiares e originais de modo a diferenciá-lo de outros tipos de trabalho, principalmente daqueles cujo objeto de trabalho é matéria inerte. Assim sendo, a docência, é compreendida como "[...] trabalho interativo, trabalho sobre e com o outro." (p.11).

Nessa linha de argumentação, convém destacar a peculiaridade da profissionalidade docente da professora alfabetizadora. Nas palavras de Araújo et al. (2015, p. 184), "[...] a alfabetizadora garante sua voz na construção de seu ofício e, movendo-se entre as palavras alheias e as palavras próprias, apropriadas, elabora sua compreensão responsiva ativa sobre o campo da educação, da alfabetização." Para as autoras, o saber-fazer da professora alfabetizadora estrutura-se sobre três eixos fundamentais: os saberes sobre o ensino; a aprendizagem; e sobre o próprio objeto de conhecimento. Tais saberes, são saberes plurais, uma vez que compõem-se de saberes teórico-metodológicos, saberes práticos e experiências concretas vivenciadas pelos educadores.

O ofício da professora alfabetizadora comporta:

> [...] uma gama de compreensões sobre o objeto de conhecimento, seja acerca da escrita como prática social ou como sistema de notação, seja acerca do como a aprendizagem ocorre, no nível conceitual e interativo, relativo ás experiências com a linguagem escrita, com os textos, com os gêneros. É preciso articular saberes do campo da linguagem e da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, saber como o sistema de escrita funciona e como a linguagem escrita se apresenta em diversos gêneros de texto e, do ponto de vista da aprendizagem, como as crianças se apropriam desses conhecimentos. (ARAÚJO et al., 2015, p. 190).

É em torno disso que o trabalho educativo da professora alfabetizadora organiza-se. Para essa articulação, a professora apoia-se na progressão das aprendizagens, por meio de avaliação diagnóstica da turma e dos alunos em específico, de modo a considerar a heterogneidade própria da turma. (ARAÚJO et al, 2015).

4 Resultados e Discussão

Na tessitura do que foi mencionado na sessão anterior, percebemos que a pandemia criou um espaço propício para os desmandos do governo estadual em várias vertentes: à escola, pois criou uma versão "sucateada/ barateada" de ensino a distância; aos alunos, porque reproduz um modelo educativo em que os filhos da classe trabalhadora estão destinados a aprender um conjunto de habilidades chamadas "essenciais", em vez de ter

acesso aos conhecimentos acumulados histórica e culturalmente em toda a sua complexidade; aos professores, porque busca a todo custo colocá-los numa situação de apêndice do processo educativo.

As professoras alfabetizadoras precisaram alinhar sua prática docente ao CMSP e não o contrário, como anuncia o documento orientador da plataforma. O discurso é um, a prática é outra e isso pode ser evidenciado pela leitura do “passo 4” da figura 2. Dessa maneira, as educadoras ficam subordinadas às aulas apresentadas na plataforma, numa clara tentativa de sua “desprofissionalização” com sua profissionalidade docente visivelmente atacada.

Pela análise da plataforma CAED, pudemos depreender que: há uma grande quantidade de atividades e avaliações para os estudantes realizarem, dentre elas: sequências digitais e as avaliações denominadas “Avaliação da Aprendizagem em Processo” – AAP – para serem realizadas ao final do bimestre. Todas ficam sob a responsabilidade de elaboração e correção da secretaria, desde o 1º ano do EF até o 3º ano do EM. Como é possível compreender, nem mesmo as avaliações estão sob seus cuidados, desde a não elaboração, passando pela não aplicação e não correção, uma vez que os estudantes são “avaliados” pela plataforma.

Como apontam Tardif e Lessard (2014, p 17) “A docência e seus agentes ficam nisso subordinados à esfera da produção, porque sua missão primeira é preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho.” Uma reprodução de força de trabalho necessária para a manutenção do capitalismo. Ademais:

> Em suma, pode-se dizer que a escola e o ensino têm sido historicamente invadidos e continuam ainda a sê-lo, por modelos de gestão e de execução do trabalho oriundos diretamente do contexto industrial e de outras organizações econômicas hegemônicas. A introdução de novas tecnologias da comunicação na escola (Internet, multimídias, computadores etc.) vai, em geral, no mesmo sentido: o ensino se assemelha a um processo de “tratamento da informação” e se aplicam a ele modelos de racionalização tirados diretamente do trabalho tecnológico, sem se dar ao trabalho de questionar a sua validade e sobretudo de avaliar seu impacto sobre conhecimentos escolares, o ensino e a aprendizagem dos alunos. (TARDIF e LESSARD, 2014, p. 25.).

Entretanto,

> O professor ou a professora não deveria ser um técnico que desenvolve ou implementa inovações prescritas, mas deveria converter-se em um profissional que deve participar ativa e criticamente no verdadeiro processo de inovação e mudança, a partir de e em seu próprio contexto, em um processo dinâmico e flexível. (IMBERNÓN, 2005, p. 20).

Não se pode perder de vista, como afirmam Tardif e Lessard (2014), que as pessoas não são meios ou fins de trabalho, mas a própria “matéria-prima” da docência enquanto trabalho interativo e o desafio principal da atividade docente.

Com efeito, Arroyo (2011) afirma que, como qualquer outra profissão, a atividade docente merece ser descrita e analisada em função das condições de trabalhos, dos fatores que o condicionam e em razão dos recursos que determinam e circunscrevem a prática docente. Para o autor, há uma despersonalização do professor que não acontece em outros campos sociais, de forma a tratá-lo como apêndice. Entretanto, “Toda relação educativa será o encontro dos mestres do viver e do ser, com os iniciantes nas artes de viver e de ser gente. Os mestres no centro da pedagogia, não apêndices.” (p. 10). Dessa forma, elucida que os educadores deixariam de ser vistos como recursos e recuperariam sua condição de sujeito da ação docente junto aos estudantes.

Sob esse viés, Arroyo (2011, p. 25) enfatiza que precisamos sair da lógica segundo a qual a categoria de professores não passa de um cata-vento. Ademais, é preciso refletir sobre “[...] que vento sopra e quem controla hegemonicamente o vento que fará girar os mestres, que definirá o perfil, o currículo e a instituição conformadora dessa massa informe.”

Cabe ressaltar que os resultados são parciais e, se as alfabetizadoras estão resistindo a tudo isso, cabe uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto. Esperamos que sim, que a capacidade de reflexão de cada uma possa guiá-las num processo constante de questionamentos sobre essas ações implementadas pelas Secretaria Estadual de Educação de SP, de modo a superar tais ataques de cunho neoliberal, no sentido de uma verdadeira formação humana dos estudantes.

5 Considerações Finais

É evidente a gravidade da situação pela qual estamos passando: pandemia (que por si só já traz graves problemas à alfabetização, pela demanda de um contexto interativo); negacionismo do governo federal frente à crise sanitária, desmandos do governo estadual, ataques e busca de controle da profissionalidade docente das professoras alfabetizadoras que alicerçam a formação dos estudantes, de forma a tentar subjugá-las ao CMSP, entre outros. Entretanto, cabe a elas resistireem e enfrentarem a situação subsidiadas pela ciência e não aceitarem a posição de meros apêndices do processo de ensino aprendizagem.

Referências

ARAÚJO, L. C de; ARAPIRACA, M. De A.; MUNIZ, D. M. S. Professora alfabetizadora: um ofício e muitos fazeres. **Perspectiva.** Florianópolis, v.33, n. 1, 179-199, jan,/abr. 2015.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens.Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo, Cortez, 2005.

PIMENTA. S. G. Formação dos professores: saberes da docência e identidade do professor. **Nuances.** Volume III, p. 05-14, 1997.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Edcuacação de São Paulo. Centro de Mídias da Educação de São Paulo, 2020a. Disponível em: http://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br . Acesso em 18 de abr. de 2021.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Edcuacação de São Paulo. Guia de Ensino Híbrido, 2020b. Disponível em: http://educacao.sp.gov.br . Acesso em 20 de abr. de 2021.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente:** Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.; trad. De João Batista Kreuch. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.